



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

1 HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) é uma instituição pública de educação superior, situada na Região Amazônica, sob a forma de autarquia especial. Criada pela Lei nº 3.191/1957 e sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, caracterizando-se como universidade multicampi no Estado do Pará, com sede em Belém. Após as mudanças devido ao avanço da legislação federal ao longo das últimas décadas, a UFPA aderiu ao Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Com o objetivo precípua de criar condições à ampliação de acesso e permanência na educação superior, buscou-se o melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.

Como resultado do Programa, a UFPA desenvolveu e executou uma série de projetos e ações visando à melhoria dos espaços físicos e dos equipamentos, à qualificação e ampliação do contingente de recursos humanos e à expansão de vagas e cursos ofertados. Desde 2006, a UFPA aplica o Sistema de Cotas, reservando 50% das vagas ofertadas aos estudantes que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas; dessas, no mínimo, 40% passaram a ser reservadas a candidatos que se declararem pretos ou pardos, como determina a Resolução nº 3.361/2005, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA (CONSEPE). E, em 2009, o CONSEPE aprovou a Resolução nº 3.869 que reserva duas vagas, por acréscimo, nos cursos de graduação para indígenas, por seleção diferenciada.

Em 2014, 2.494 candidatos cotistas (cor, deficiência, indígenas) foram aprovados e classificados no processo seletivo da UFPA. Atualmente, a UFPA é uma das maiores e mais importantes instituições científicas do Trópico Úmido, abrigando uma comunidade universitária composta por mais de 61 mil pessoas. Em 2015, a sua comunidade acadêmica estava assim distribuída: 2.254 professores, incluindo efetivos do ensino superior, efetivos

do ensino básico, substitutos e visitantes; 2.375 servidores técnico-administrativos; 9.445 estudantes de cursos de pós-graduação e 51.426 alunos matriculados nos cursos de graduação, sendo 27.568 na Capital e 23.858 distribuídos pelos Campi do interior do Estado; 1.372 alunos da educação infantil e ensinos, fundamental e médio da Escola de Aplicação; 5.651 alunos dos Cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação Social (ILC), Instituto de Ciência da Arte (ICA), Escola de Teatro e Dança, Escola de Música e Casa de Estudos Germânicos, incluindo 530 alunos dos cursos técnicos profissionalizantes vinculados ao Instituto de Ciências da Arte. Com isso, em 2015, a UFPA ofertou 253 cursos de graduação e 168 de pós-graduação (68 mestrados e 37 doutorados). Do quantitativo de alunos matriculados na graduação, 15% estudavam nos cursos ofertados pelo Plano Nacional de Formação Docente (PARFOR), plano que tem o objetivo de corrigir situações em que docentes das redes públicas de ensino que não possuem formação na disciplina que ministram ou mesmo não tenham diploma de graduação.

Atualmente, além do campus de Belém, a UFPA conta com 11 campi instalados nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Possui 14 Institutos, sendo 2 em campi do interior; 06 Núcleos; 34 Bibliotecas Universitárias, sendo 26 em Belém; 02 Hospitais Universitários e 01 Escola de Aplicação. O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA facilitam e promovem a convergência dos esforços humanos e investimentos materiais e financeiros, constituindo-se em macroalinhadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em prol do cumprimento de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A tríade serve de guia aos comportamentos, atitudes e decisões de seus servidores para que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, executem sua Missão na direção da Visão, tendo como referência os Princípios institucionais.

A sua Missão é produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável. Seu desafio maior é ser referência nacional e internacional como universidades multicampi integradas à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Seus Princípios institucionais norteadores são: a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamentos; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A despeito da expansão da oferta de ensino superior no Brasil, de 1960 até a primeira década do século XXI, manteve-se extrema desigualdade no acesso ao ensino superior (BRITO, 2014; PRATES e COLLARES, 2014; RIBEIRO, CENEVIVA e BRITO, 2015).

Somente ao se estabelecer políticas públicas amplas e estruturais, visando a redução das desigualdades nos diferentes aspectos da vida social, o país experimentou resultados positivos, entre 2004 e 2014, no que tange à universalização do acesso ao ensino superior.

Na Amazônia, a UFPA teve relevante papel nesse processo, ao investir na interiorização do ensino superior. No caso particular do ensino em Ciências Agrárias, através de seu então Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (atual INEAF), jovens agricultores e extrativistas tiveram acesso aos cursos de Agronomia e Licenciatura em Ciências Agrárias.

Para garantir a continuidade e melhoria desses resultados, o Plano Nacional de Educação (PNE) ? com prazo até 2024 ? estabeleceu 20 metas e 254 estratégias norteadoras da política educacional brasileira, em todos os níveis e modalidades de ensino (Lei nº 13.005/2014). Dentre as prioridades, está a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas.

Como exemplo, nas Universidades públicas federais paraenses, em 2015, as matrículas por negros (3.984) e pardos (27.618) superaram àquelas realizadas por brancos (7.498) (INEP, 2016). No entanto, em que pese esse avanço, o ingresso não tem sido suficiente para garantir nem a permanência, nem a eficácia da educação. Portanto, a UFPA aprimorou seu projeto de interiorização, através do conceito de Universidade-Rede, implementando um sistema solidário e cooperativo entre os campi ? na capital e em onze municípios polos.

Assim, reconhecendo as potencialidades e vocação de cada unidade local, o INEAF continua em intensa colaboração com os cursos de Agronomia, Veterinária, Etnodesenvolvimento e Educação do Campo, nos campi de Abaetetuba, Castanhal, Cameté e Altamira, bem como com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA e o Instituto Federal do Pará - IFPA. Através dessa rede, o INEAF apoia o acesso das populações rurais e periurbanas a uma formação valorizadora de suas realidades.

No entanto, em adição aos mencionados cursos na área das Ciências Agrárias, a UFPA tem sido instada a responder, através do INEAF, à crescente demanda por Gestores do Desenvolvimento Rural. Há uma carência de profissionais de formação interdisciplinar, que possam coordenar equipes de ATER e ATES (respectivamente Assistência Técnica e Extensão Rural e Assessoria Técnica, Social e Ambiental) requeridas pelo INCRA para os assentamentos de Reforma Agrária, assim como coordenar equipes contratadas pelo ICMBio, que servem nas Reservas Extrativistas e outras Unidades de Conservação, bem

como pelo IBAMA e pelo IDEFLOR, além das ONGs e Secretarias de Agricultura municipais e estaduais do Pará e outros Estados amazônicos e brasileiros.

Para além dessas instituições contratantes, as organizações dos próprios camponeses e povos e comunidades tradicionais, parceiras do INEAF, também demandam gestores cujo curso de graduação considere as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural? (Lei 13.005 Art. 8, Inc II)

Essa demanda não vem apenas daqueles que requerem o profissional, mas também dos próprios jovens, tanto de origem rural quanto urbana, que buscam essa profissionalização específica. Especial atenção deve ser prestada aos jovens de baixa renda. A expansão das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007 (MEC, 2007), possibilitaram um aumento de 69% das matrículas em cursos de graduação nas IFES (CASEIRO, 2016). Porém, os avanços no acesso à graduação por estudantes de baixa renda, de 18 a 24 anos de idade, se deu mais significativamente em Instituições de ensino privado, via Programas de apoio, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. No Pará, as Instituições de Ensino Privado não oferecem cursos associados às Ciências Agrárias e à Gestão do Desenvolvimento Rural voltados à Agricultura Familiar. A UFPA assume então a incumbência de suprir essa relevante lacuna, inicialmente através do campus de Belém, capital onde se encontram jovens de baixa renda provenientes de famílias rurais das 39 ilhas que compõem essa capital extensamente insular e dos municípios circunvizinhos. Atualmente, prefeituras como de Barcarena, por exemplo, mantém esquemas de transporte diário, com ônibus e barcos gratuitos, para que estudantes não declinem de suas vocações, em caso de cursos inexistentes em seus municípios. A capilaridade permitida pelos furos, igarapés e os rios que circundam Belém estabelece um intenso trânsito, inclusive com o arquipélago do Marajó, que desmistifica a clivagem rural - urbano nessa situação (GUERRA, 2006).

Com a contínua parceria entre docentes e movimentos sociais rurais (FETRAGRI, STTR's, MST, MIQCB, ARQUIA, MORIVA, MALUNGU, dentre outros), consolidou-se a proposta desse novo curso, o BDR, não em substituição, mas somando-se aos cursos agora existentes no interior.

Para os jovens que aspiram cursos interdisciplinares, que exigem toda uma articulação de Unidades acadêmicas diversas e consolidadas, como as do campus de Belém, a UFPA dispõe de bolsas PIBIC, PIBEX e de auxílio permanência. Como exemplos concretos dessa demanda, em 2015, a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba contabilizou cerca

de 1.000 jovens ribeirinhos e quilombolas com ensino médio concluído fora do ensino superior. No município de Altamira, em 2016, mais de 500 jovens realizaram o Processo Seletivo da Universidade do Estado do Pará, incluindo filhos e filhas de agricultores familiares e indígenas, tanto aldeados como cidadãos. As Secretarias de Educação dos municípios da Transamazônica: Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Anapu, Rurópolis, Uruará, Vitória do Xingu, estimaram que 200 jovens/ano/município concluem o ensino médio e buscam o ensino superior.

Como exemplo de demanda local pelo profissional a ser formado no BDR, a Superintendência do INCRA (SR01) em Belém - PA criou 35 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas no Arquipélago do Marajó, cujos municípios têm IDH alarmantes. Para sua gestão, as diversas Associações de Remanescentes de Quilombo e de Ribeirinhos exigem gestores e equipes qualificadas.

Com o avanço da problemática ambiental permeando os diversos aspectos da vida privada e coletiva, jovens urbanos também têm se despertado para a questão do desenvolvimento rural. Interagindo com colegas da juventude camponesa e indígena, espera-se que o BDR permita problematizar e buscar soluções para Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Territórios Quilombolas, Terras Indígenas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos Agroextrativistas e outros Assentamentos rurais.

O BDR também se justifica no planejamento transversal e de longo prazo proposto pela UPFA, na medida em que, através de projetos de extensão e pesquisa, seus docentes também estão envolvidos na formação de jovens rurais no ensino médio. Professores do Campus de Altamira, através de projeto apoiado pelo MEC/SECADI, travaram parceria com a Escola de Aplicação da UFPA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ? ICMBio. Assim, jovens de três Reservas Extrativistas vem sendo formados em nível médio, e são potenciais candidatos ao BDR.

O BDR, portanto, visa formação concatenada com as especificidades territoriais, políticas, produtivas, ambientais, socioculturais e econômicas do mundo rural amazônico. O INEAF proporcionará aos educandos/as a produção de conhecimento sobre a vida e o seu universo (individual, familiar, coletivo e planetário) de forma crítica e a partir da interação com os titulares dos saberes tradicionais, estreitando-se a aproximação entre empiria e teoria.

Por seu turno, o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil evoluiu significativamente nos últimos anos, em parte, devido ao protagonismo dos movimentos sociais em busca de políticas públicas adequadas à produção familiar (SCHNEIDER, 2010). Por outro lado, esse rico debate tornou-se dicotômico, quando pesquisadores, membros da sociedade civil organizada e setores econômicos privados polarizaram suas perspectivas entre agronegócio

versus agricultura familiar (BUAINAIN et al., 2013; COSTA, 2013). Neste cenário, a problemática do ?Desenvolvimento Rural? tornou-se estratégica para o país, ainda mais quando as questões ambientais e de sustentabilidade foram incorporadas.

No contexto amazônico, porém, a perspectiva dominante de desenvolvimento ainda o confunde com a transformação de paisagens florestais sob forte processo de expansão de commodities agrícolas e urbanização (IBGE, 2015). Em 2.000, a região já totalizava 792 municípios e uma população de 20 milhões de habitantes sob forte dinâmica de urbanização sem efetivo planejamento territorial, mesmo considerando que 33,5% da Amazônia Legal seja constituída por áreas protegidas, ou seja, terras indígenas e unidades de conservação. E é nesse contexto é que se propõe um curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, cujo profissional será capacitado para atuar em questões relativas à gestão do desenvolvimento rural numa perspectiva interdisciplinar inovadora e crítica, em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais, amazônica e global.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 45

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 6.50 ano(s)

Forma de Oferta: Paralela

Carga Horária Total: 3275 hora(s)

Título Conferido: Bacharel em Desenvolvimento Rural

Período Letivo: Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O Bacharelado em Desenvolvimento Rural (BDR) se apresenta como mais uma possibilidade de formar cidadãos de forma crítica, mas sem desvalorizar o poder criativo e

de valorizar o caráter multiverso das realidades locais, sem deixar de lançar mão da escala global.

Em termos de princípios, o BDR reforça as diretrizes curriculares vigentes na UFPA (PROEG/UFPA, 2005): a) Pesquisa como princípio educativo; b) Trabalho como princípio educativo; c) Atividade prática como eixo articulador do currículo. Para tanto, alguns fundamentos epistemológicos estão definidos para o desenvolvimento do curso: 1) o reconhecimento de que todo conhecimento deve ser considerado no processo de sistematização (conhecimentos tradicionais), concepção e uso de novas tecnologias; 2) os conhecimentos tradicionais das lógicas familiares de produção assumem uma posição distinta e privilegiada na produção de conhecimento e, conseqüentemente, na formação acadêmica sobre desenvolvimento rural; 3) a natureza do conhecimento requerido na investigação sobre o desenvolvimento rural não permite a fragmentação e o isolamento, privilegiando a diversidade e a complexidade em suas distintas escalas; 4) a articulação pesquisa-ensino-extensão deve se situar em um campo do conhecimento científico impregnado de antagonismos, se constituindo em capital social necessário e útil ao desenvolvimento regional; 5) o ensino de graduação deve exercitar sua indissociabilidade com a Pesquisa e Extensão através de um processo transformador e de caráter crítico-criativo de formação interdisciplinar (contínua, permanente e inacabada) perante as realidades amazônicas e suas demandas sociais.

Portanto, o Bacharelado em Desenvolvimento Rural manterá, assegurado aos discentes e docentes, justiça e equidade nas relações de aprendizagem, quer na orientação individual ou em classe, pautadas no respeito mútuo e na valorização da autonomia intelectual, liberdade de pensamento e do exercício dialógico. O exercício da pesquisa empírica como fundação à elaboração conceitual será parte integrante dos recursos didático-pedagógicos do corpo docente e discente, pois permite um salutar debate científico entre pares e diálogo com titulares do conhecimento tradicional que sustenta a agricultura e o extrativismo familiar. Também será mantida uma estreita articulação com o Programa de Pós-graduação stricto sensu em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), preservando e alimentando as duas Linhas de Pesquisa (Linha 01: Sustentabilidade da Agricultura Familiar na Amazônia e; Linha 02: Dinâmicas econômicas e socioambientais da agricultura familiar na Amazônia), que o compõem, e contando com a participação dos docentes a ele vinculados.

Em síntese, dispositivos de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade ou multidisciplinaridade, enquanto concepções e estratégias de produção de conhecimento, em coexistência, serão rotinas pedagógicas adotadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas e por seus requerimentos didático-pedagógicos, para a compreensão da

diversidade dos modos de vidas e de produção no desenvolvimento rural. Solidamente ancorados nesses fundamentos, o BDR buscará resposta às demandas da sociedade civil organizada, em especial ao espaço rural amazônico, reafirmando compromisso Institucional com o processo de construção de novas competências e identidades profissionais voltadas ao desenvolvimento rural.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Formar profissionais, em nível superior, com uma ampla, indissociada e sólida base técnico-científica para atuar no desenvolvimento rural. Deverá atuar em uma perspectiva interdisciplinar, inovadora e crítica, em diversas realidades produtivas e socioculturais, nas distintas escalas territoriais amazônicas e globais. O lema é de "Formar transformando e para transformar" a realidade rural, partindo da inerência entre Ensino - Pesquisa ? Extensão.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Os profissionais egressos deverão apresentar um perfil de caráter multidisciplinar, além de uma consolidada capacidade teórica e prática de tratar de demandas inerentes e relacionadas com processo de Desenvolvimento Rural. Além dessas habilidades acadêmicas, esse egresso estará apto a atuar como mediador, assessor, gestor ou prestador de assistência técnica e social em questões de desenvolvimento rural, prioritariamente, junto a agricultores familiares, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais da Amazônia, resguardando sempre seus direitos específicos.

O Bacharel em Desenvolvimento Rural também poderá atuar como pesquisador nos diversos campos de conhecimento de sua formação, intermediando também processos de intervenção de desenvolvimento entre a sociedade rural e suas organizações; o Estado e suas Políticas; Entidades e suas demandas específicas ou amplas; em território amazônico ou em outros contextos territoriais.

4.4 COMPETÊNCIAS

Espera-se que, ao concluir o curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural, esse profissional tenha as seguintes competências e habilidades: (4.4.1) ter capacidade de problematizar o contexto rural, privilegiando valores humanos, éticos e morais em suas

relações pessoais e profissionais, dentro e fora do espaço universitário; (4.4.2) ter compreensão global, crítica e integrada das formas de produção e reprodução das famílias rurais, e sua relação com o contexto local considerando os limites e potencialidades de seus projetos de vida; (4.4.3) ter competência técnica na busca de respostas adequadas aos problemas que se manifestem dentro do contexto ambiental, social e econômico, bem como da evolução desse contexto, nos seus mais diversos níveis: unidades de produção familiar, comunidades rurais, unidades regionais, e esferas nacional e internacional; (4.4.4) ser capaz de fazer o exercício de multi e interdisciplinaridade, mobilizando os diferentes campos do conhecimento para melhor analisar e propor soluções aos problemas que se apresentam ao processo de desenvolvimento rural; (4.4.5) ser capaz de olhar criticamente as questões que emergem da realidade rural, considerando sua complexidade e diversidade, de forma a propor soluções eficientes e factíveis, baseada no domínio do enfoque sistêmico como ferramenta de estudo dos fenômenos complexos; (4.4.6) ter capacidade de comunicação, de maneira a se relacionar profissionalmente com a sociedade envolvida no contexto dos problemas a serem resolvidos e instaurar processos participativos na busca de alternativas; (4.4.7) ser capaz de desenvolver raciocínio lógico e coerente na análise dos problemas, e de manter processos de aprendizado contínuo também por iniciativa própria; (4.4.8) ser capaz de exercer avaliação crítica constante de sua própria atuação enquanto profissional e cidadã/o, ao se inserir como ator social do processo de desenvolvimento do curso; (4.4.9) atuar efetivamente como agente social transformador, considerando sempre os atores locais como sujeitos dinâmicos e responsáveis por seu próprio processo de desenvolvimento e respeitando suas características sociais e culturais, global e local. Tendo em vista os princípios expostos e atendendo à legislação em vigor, elaboramos a relação das atividades curriculares com suas respectivas competências e habilidades, ordenando-as por período e ano letivos com a subdivisão da carga horária (ANEXO).

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A originalidade dessa proposta de curso consiste em privilegiar aspectos essenciais que promovam uma ruptura com a concepção passiva da relação aluno e professor e de ambos com as realidades rurais. A sala de aula não é ambiente unívoco do processo formativo, mas um dos espaços físicos para as reflexões críticas do conhecimento. Em outros termos, a construção de um processo de Ensino-Aprendizagem passará, necessariamente, por uma postura crítica de ambos, bem como de um diálogo constante com as realidades construídas

socialmente (Natureza e sociedades como ambiente essencial de aprendizagem). Princípios como Diálogo, Criticidade e Protagonismo estão no escopo do PPC ora apresentado, tendo as realidades amazônicas e seus sujeitos como "ambientes" que garantem a problematização dos saberes e o questionamento de valores e certezas, de forma continuada e dinâmica.

A pesquisa universitária faz mais sentido quando é encarada como "princípio pedagógico" basilar. Aqui falamos de Pesquisa-ação de desenvolvimento (extensão) como instrumento de formação (ensino), e vice-versa (THIOLLENT, 1985; MORIN, 1986; SIMÕES; OLIVEIRA, 2003). Tal dispositivo é produtor de problemáticas científicas que, dialogadas com os diversos atores sociais envolvidos (fenômenos sociais contemporâneos), tornam-se sujeitos na pesquisa-formação. O que entra em jogo aqui é a capacidade do curso em formar agentes de intervenção social em situações concretas (construção de competências situadas), ocupando um lugar central nessa proposta consolidada nos atuais processos de pesquisa e ação pública junto aos agricultores familiares e junto às organizações sociais representativas (formais e informais).

Contudo, para alcançar tais intentos, a formação proposta se assenta em quatro eixos de formação que são progressivos e dialógicos na análise dos fenômenos em estudo. Em outras palavras, os momentos de convívio com as realidades rurais serão privilegiados nos eixos formadores (1º ao 6º Período), balizando todo o percurso de formação. Após a etapa de construção de um referencial de realidade rural, o curso chega ao seu terço final onde são apresentadas três escolhas de percurso (7º Período) a serem desenvolvidos durante o 8º Período. São eles: Percurso 1) Agroecossistemas familiares: um olhar sistêmico; Percurso 2) Ação pública, transformações socioambientais e processos de inovação camponesa; e Percurso 3) Povos e comunidades tradicionais, recursos naturais e gestão socioagroambiental. No 9º e último período, a turma volta para um momento comum de formação e finalização do curso.

Essa proposta de formação a partir de vivências incluídas no Eixo 01 (Relações entre sociedade e ambiente) e no Eixo 02 (Relações produtivas e socioambientais em escala familiar). Estas vivências ocorrerão no 2º, 4º e 5º períodos e se justificam por se entender que um dos principais nascedouros do conhecimento são as realidades rurais, sendo elas parte de sistemas complexos e interdependentes, submetidos a permanente mudança multi-escalar (da unidade familiar ao contexto agrário da localidade, comunidade ou região, território, nação e mundo).

Essa concepção de realidade requer uma estreita e constante articulação de diversos métodos e técnicas de ensino. Além das aulas expositivas e práticas (contidas em disciplinas obrigatórias e eletivas), o curso contará com diversas outras atividades curriculares que

apoiarão os princípios preconizados pela Instituição e pelo PPC, a saber: a) Viagens de campo (vivências curriculares junto às realidades amazônicas); b) Seminários temáticos e de socialização das atividades de vivência; c) Eventos diversos ligados ao escopo do curso (Seminários, Congressos, Simpósios, Encontros, Exposições Colóquios, Palestras; Cursos de Curta Duração, entre outras); d) Oficinas sobre temas e/ou ferramentas úteis para os discentes compreenderem os fenômenos estudados; e) Oficinas de avaliação e planejamento de atividades do curso; f) Oficinas de capacitação de docentes, discentes e parceiros; g) Visitas monitoradas, permitindo contato com diversos agentes de desenvolvimento h) Estágio supervisionado obrigatório; i) Elaboração de diagnósticos de realidades; e j) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Todos esses componentes deverão estabelecer um diálogo contínuo entre teoria-prática, ressaltando sua complexidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, as problemáticas a serem trabalhadas em cada componente curricular terão como referência os objetivos construídos em cada eixo/escala. Isso significa dizer que as atividades não têm um objetivo "em si", mas um objetivo definido a partir do contexto e dos problemas que se quer tratar dentro de cada momento do percurso formativo. Para alcançar uma coerência, o quadro envolvendo docentes, técnicos e demais parceiros do curso, promoverá oficinas de planejamento e avaliação, tanto no planejamento e organização de cada Eixo formativo, quanto nos momentos de avaliação dos processos com os discentes, e a cada retorno dos estágios curriculares de vivência. Essas articulações serão procedimentos sistemáticos em todo o processo de ensino aprendizagem durante o curso (elaboração de relatórios de campo; artigos científicos; cartilhas). Outra atividade importante será o acompanhamento docente em todas as atividades em trabalho de campo e o exercício constante de produção de material pedagógico adaptado para as etapas do percurso de formação, animada por meio das oficinas previstas no desenho curricular do curso, buscando uma melhor visualização da disposição dos Eixos e seus elementos essenciais (ANEXO).

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

As atividades curriculares serão oferecidas, de maneira presencial, em processos de ensino-aprendizagem integrados, articulados com conhecimentos teóricos e práticos ao longo do desenvolvimento de eixos formadores, buscando uma integração horizontal ao longo dos períodos. Além disso, é importante destacar que a estrutura didático-pedagógica

do curso está baseada, como em parte já exposto, no ensino orientado por três eixos intrinsecamente ligados as atividades curriculares de vivência dos discentes (viagens de campo para vivências). Após as etapas de vivência curricular, um quarto eixo deverá consolidar a formação dos discentes. Deste modo, teremos: Eixo 01 ?Relações entre sociedade e ambiente? (660 horas); Eixo 02 ?Relações produtivas e socioambientais em escala familiar? (570 horas); Eixo 03 ?Relações produtivas e socioambientais em escalas regionais? (890 horas); Eixo 04 ?Percurso Formativo de consolidação? (955 horas). Os momentos de imersão na realidade (as viagens de campo I, II e III ocorrerão no 2º, 4º e 5º períodos, respectivamente) constituem unidades de formação/análise que buscam manter a coerência da proposta e permitindo um constante diálogo entre os conteúdos teóricos e aprendizados práticos na comunidade. As vivências de campo garantirão: a) A construção sistemática de um referencial sobre a realidade rural; b) O diálogo constante entre teoria e prática, tanto no exercício acadêmico como no diálogo com a família e a comunidade que acolherá a turma; c) Uma maior aproximação entre a universidade e as reais demandas do contexto rural. A apreensão gradativa das realidades será garantida por meio de ferramentas metodológicas mobilizadas ao longo do curso.

A partir do 7º período, inicia-se um processo importante de escolha entre 03 percursos formativos (ênfases). Para tanto, as disciplinas e atividades previstas afunilam para um processo de definição, junto com a turma, sobre a distribuição dos discentes nos três percursos (ênfases) finais previstos; (I) PERCURSO (ênfase) 1 ? Agroecossistemas familiares: um olhar sistêmico; (II) PERCURSO (ênfase) 2 ? Ação pública, transformações socioambientais e processos de inovação camponesa e; (III) PERCURSO (ênfase) 3 - Povos e comunidades tradicionais, recursos naturais e gestão socioagroambiental. Alguns critérios para essa escolha são descritos abaixo:

- Enquadramento no planejamento prévio proposto pela coordenação do curso.
- Interesse do discente em relação ao tema.
- Formalização de orientação docente no tema do percurso.
- Desempenho do discente, especialmente no tema do percurso de interesse.
- Outros critérios podem ser definidos, conforme o perfil de cada turma e capacidade operacional do curso. As disciplinas das ênfases serão ofertadas no 8º período, sendo que os discentes terão uma disciplina em comum nesse período e no 9º período a turma volta a cursar as disciplinas em comum a todos discentes.

Também nos períodos referentes ao Eixo 04 (do 7º ao 9º período) todos os conteúdos darão base aos discentes para a definição do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

Como enfatizado anteriormente, o curso se fundamentará na estreita relação com a realidade,

o que significa dizer que as problemáticas nele levantadas deverão, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região. Tanto melhor será a percepção e compreensão desses problemas, quanto mais cedo os alunos se defrontarem com a realidade regional.

Ainda no cumprimento do percurso formativo, serão contabilizadas as atividades de pesquisa e extensão, definidas, preferencialmente, conforme as linhas de Pesquisa-Desenvolvimento do Programa do INEAF. Essas atividades poderão ser: A) Visitas Monitoradas, proporcionando momentos privilegiados de confronto entre teoria e prática a serem realizados através de visitas a lugares de interesse ao Curso (Instituições Públicas, Organizações, entre outros). O discente, por orientação de um docente, terá oportunidade de conhecer com, mais profundidade, atividades desenvolvidas nos lugares de visita, permitindo novos ambientes de confronto entre o que é visto na sala de aula e as realidades institucionais. No caso não se trata de estágio, mas sim de alguns momentos em que o estudante vai se deslocar para outras Instituições, Organização etc. para fazer levantamentos e observações de forma a melhor conhecê-la. B) Participação em Eventos Científicos e Culturais (Seminários, Congressos, Simpósios, Encontros, Exposições Colóquios, Palestras e/ou Cursos de Curta Duração relacionados), sendo contabilizadas como atividades curriculares. Tal participação poderá ser na forma de: apresentação de trabalhos de pesquisa, ensino ou extensão, fruto de sua inserção em projetos; publicações; ou como ouvinte mediante apresentação de relatório. C) Participação em Intercâmbios acadêmicos, técnicos etc. Essa atividade será viabilizada através do envolvimento dos discentes em projetos, consórcios ou convênios de Intercâmbio (com outras Universidades brasileiras ou estrangeiras) ou de ensino, com o objetivo de possibilitar trocas de conhecimentos na área de ciências agrárias ou afins, além de dar a oportunidade ao aluno de vivenciar outras realidades universitárias e culturais. D) Atividades de Monitoria, proporcionando ao discente o exercício prático de Pesquisa e extensão, uma vez que auxiliará o professor da disciplina no desenvolvimento de atividades previstas no desenho curricular. E) Realização do Estágio Supervisionado, em que o discente é livre para desenvolver atividades em outras instituições públicas ou privadas, à medida que tal atividade corrobore com o processo de formação. F) Construção do Trabalho de Conclusão de Curso. Trata-se da elaboração do trabalho final de curso, em que o discente irá aplicar, sob orientação docente, todo seu conhecimento metodológico e o referencial técnico apreendido ao longo do curso, dentro da área definida, sob o campo interdisciplinar.

A integração dos temas como: Educação Ambiental; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Educação em Direitos Humanos; entre outras correlatas serão feitas de modo

transversal, contínuo e permanente, por meio da realização de atividades curriculares. As questões relacionadas aos temas ambientais serão discutidas principalmente através das disciplinas como: Agricultura e Sustentabilidade, Solo e Ambiente, Relações Sociedade e Natureza, Ecossistemas Amazônicos, Estudo sobre Agroecossistemas, Legislação Agrária e Ambiental, Povos e comunidades tradicionais, recursos naturais e gestão socioambiental, Viagem de Campo I, II e III. Além de promover, palestras, apresentações, programas, ações coletivas, participação em projetos dentre outras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, previstas pela Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e pela Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, que trata da Educação das Relações Étnico-raciais o curso de Desenvolvimento Rural oferece diversas disciplinas que aborda esse tema entre as quais: Diversidade Étnica e Social na Amazônia, onde os discentes terão a possibilidade de discutir a conceituação, classificação, reconhecimento e auto-definição de coletivos como grupos étnicos. Também abordará as formas específicas de grupos quilombolas, indígenas nos processos de reivindicação dos seus direitos cidadãos e humanos; a disciplina Sociedades Camponesas I e II, Políticas públicas para Agricultura Familiar, Relações Sociedade e Natureza. Os discentes poderão vivenciar na prática esses elementos abordados nas diversas atividades curriculares nas viagens de campo, bem como nos estágios supervisionados.

As Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos prevista pela Resolução CP/CNE nº 1, de 30/05/2012 é contemplada no curso Desenvolvimento Rural nas diversas atividades curriculares previstas no decorrer da formação do discente como: Legislação Agrária e Ambiental, Cooperativismo, Associativismo e Economia Solidária, Extensão Rural, Comunicação e Intervenção Social, Ação coletiva no campo, Organização Social e Mediadores Sociais, Legislação Agrária, Ambiental e Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse tema os discentes terão a oportunidade de refletir, discutir perspectivas teóricas e práticas sobre os direitos dos povos tradicionais, legislação referente à agricultura familiar sobre os movimentos sociais e conflitos agrários na Amazônia.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório. No Bacharelado BDR, o TCC poderá ser iniciado a partir do 3º ano do curso, porém só poderá ser apresentado no último período letivo do curso, totalizando 60 horas de atividades

curriculares. O TCC consiste em um trabalho individual produzido pelos discentes, baseado em pesquisa bibliográfica e/ou empírica. O TCC poderá ser realizado em diversas modalidades como: monografias, projetos de intervenção, produção de vídeos documentários ou artigos científicos. O objetivo é oportunizar ao discente aplicar, sob a orientação de um docente do curso, todo seu conhecimento metodológico dentro da área que escolher, no campo interdisciplinar abrangido pelo curso.

Após a redação final do TCC, o mesmo deverá ser entregue a uma banca examinadora, observando um prazo mínimo de 15 dias úteis, antes da data estabelecida pela defesa. A banca examinadora será composta pelo orientador e dois docentes e/ou pesquisadores de acordo com os critérios:

1. A Banca Examinadora será presidida pelo Professor-orientador.
2. Os professores convidados devem possuir reconhecida competência e conhecimento sobre os temas abordados no trabalho.
3. Um dos convidados deverá obrigatoriamente ser professor lotado no Instituto Amazônico de Agricultura Familiar (examinador interno).
4. O segundo professor (examinador externo) será um professor/pesquisador com formação na área de conhecimento do trabalho.

O trabalho deverá ser divulgado e o mesmo será apresentado em sessão aberta ao público interessado. O discente autor do TCC terá o tempo de 15 a 20 minutos para apresentação e, em seguida, cada um dos examinadores terá até quinze minutos para fazer a arguição sobre o trabalho escrito e sua respectiva apresentação. Após as arguições, o discente deverá responder às questões levantadas pelos membros da Banca Examinadora e esta poderá se manifestar sobre as respostas. Após este momento, o professor-orientador, na condição de presidente da Banca Examinadora, solicitará a todas as pessoas presentes, inclusive o discente autor do TCC, que se retirem por até trinta minutos para que a Banca possa se reunir a fim de emitir o parecer final. Cada membro da Banca Examinadora atribuirá o resultado (?aprovado? ou ?não aprovado?) ao TCC após manifestar uma proposta própria de parecer. Em seguida, será consolidado o resultado da defesa, elaborando-se um parecer final que será lido ao público presente à sessão.

Os demais aspectos referentes à operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso seguem normas elaboradas em Resolução Específica do Instituto Amazônico de Agricultura Familiar.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No Bacharelado BDR, o estágio supervisionado é considerado um componente obrigatório importante para formação profissional desejada.

Também é preciso ressaltar que a atividade de ESTÁGIOS deve ser compreendida como fontes de conteúdos de formação e não simplesmente como espaço para aplicação de teorias, desfazendo a noção de que a teoria precede a prática (UFPA, 2015).

No Bacharelado BDR, o estágio supervisionado está previsto a partir do 5º período (Eixo 04) com uma carga horária de 300 horas, porém o mesmo será desmembrado em 03 períodos consecutivos (5º, 6º e 7º). Os alunos poderão buscar desenvolver atividade de estágio em outras instituições públicas ou privadas, como: empresas de assistência técnica pública estatal, pública não estatal, privadas e outras, Sindicatos, Associações, Cooperativas, Organizações não governamentais e organizações similares à medida que tal atividade corrobore com os objetivos perseguidos e o perfil profissional preconizado no PPC. O estágio, preferencialmente, deverá se dar no campo interdisciplinar, de forma que o aluno possa viver na prática, mas ainda em uma condição de aprendiz, a situação do mercado de trabalho que o espera. A avaliação das atividades de estágio ocorrerá durante o percurso formativo, além da auto-avaliação do discente. Ao final do estágio de cada período letivo será elaborado um Relatório referente às atividades desenvolvidas. As normas e procedimentos do Estágio Supervisionado seguem Resolução Específica do INEAF (antigo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural) baseado na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares ao processo formativo deverão ser curriculares e extracurriculares, desenvolvidas tanto nos momentos que a turma esteja no ambiente do Campus universitário, quanto nos momentos de vivência e/ou demais atividades extramuros acadêmicos. Essas atividades sendo previstas no Bacharelado de Desenvolvimento Rural contribuirão significativamente, pois possibilitarão um maior alcance no aprendizado dos discentes, tanto do ponto de vista do ensino, quanto das práticas de pesquisa e extensão. Permitir momentos, práticas e ambientes de reflexão sobre os temas envolvidos no curso, bem como consolidar as competências previstas no Bacharelado, são metas apontadas nas atividades complementares. Essas atividades totalizam 200 horas e devem cumprir atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Eventos Técnicos Científicos, com acompanhamento e orientação de docentes responsáveis pelas Atividades, sendo:

- Atividades ligadas diretamente ao Ensino: máximo de 80 (sessenta) horas
- Atividades ligadas diretamente a Extensão: máximo de 60 (oitenta) horas
- Atividades ligadas diretamente a Pesquisa: máximo de 60 (oitenta) horas

Diversas outras atividades estão pensadas para cumprir as 200 horas, como: Estágios voluntários; Minicursos culturais, Eventos técnicos e científicos; Publicação de artigos; Monitorias afins ao curso; Visitas monitoradas; Participação em projetos de extensão; Atividades profissionais vinculadas ao curso; Iniciação científica; Socialização da produção acadêmica curricular e científica junto às comunidades rurais envolvidas no projeto; Trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-cultural que se vincule à proposta do curso.

A contabilização e registro das atividades dependerão da apresentação dos documentos comprobatórios de participação, do discente, nas respectivas atividades, ao final do período em que a mesma fora realizada. Todo esse trâmite será acompanhado pelo docente orientador e coordenação do curso.

O Colegiado do Curso definirá pelo menos um docente Orientador de Atividades Complementares com carga horária de até 30 horas semestrais, com as seguintes atribuições:
I ? Orientação dos discentes (ou representantes) sobre as normas de funcionamento das atividades complementares.

II ? Participação no planejamento e divulgação das atividades complementares disponíveis no período. Tal participação será definida pela Unidade acadêmica e/ou em parceria com outras unidades e/ou instituições parceiras.

III ? Validação das atividades complementares realizadas, durante o período em que é responsável.

Importante é esclarecer que a realização das Atividades Complementares será da responsabilidade do próprio discente solicitante.

5.5 POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa do BDR está fundamentada no que denominamos Pesquisa-Formação-Intervenção de Desenvolvimento (PFD). Esta abordagem se origina na tentativa de contornar algumas insuficiências da pesquisa-desenvolvimento, através principalmente, da articulação entre Formação e Intervenção de desenvolvimento como geradora, propulsora e catalisadora de ações de Pesquisa. Assim, as ações de pesquisa a serem propostas e realizadas durante a execução do curso orientam a construção do Projeto

Pedagógico. Sua base conceitual é a da pesquisa-desenvolvimento em agricultura. Podemos definir a pesquisa-desenvolvimento como uma pesquisa-ação e participação (THIOLLENT, 1985), na qual existe uma estreita relação entre pesquisadores, agentes de desenvolvimento e agricultores em um trabalho conjunto de elaboração de diagnósticos da realidade, experimentação e intervenção no desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. Como enfatizado anteriormente, o curso se fundamentará na estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas nele levantadas deverão, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados nas regiões onde estarão sendo oferecidos os estágios de vivência. Nesse sentido, além das atividades práticas e de estágio, será prevista a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão. Essa inserção se dará a partir de projetos de apoio à agricultura familiar, desenvolvidos pelos docentes pesquisadores em regiões previamente selecionadas, sendo ainda apoiada por cooperações nacionais e internacionais. Tais projetos são orientados a partir de duas linhas de pesquisa e extensão e cujos temas/problemáticas a serem tratados variam de acordo com as especificidades de cada região e ao longo do tempo dependendo dos diferentes contextos. Atualmente as linhas de pesquisa são: Linha 01: Sustentabilidade da Agricultura Familiar na Amazônia; Linha 02: Dinâmicas econômicas e socioambientais da agricultura familiar na Amazônia.

Tomando como orientação as diretrizes curriculares da UFPA (UFPA, 2015), bem como as resoluções vigentes do conselho nacional de educação, o curso BDR busca, em cada modalidade pedagógica, o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desde as atividades em sala de aula (disciplinas obrigatórias e optativas), intrinsecamente relacionadas como os estágios de campo (vivências curriculares), como nas demais atividades previstas. Em outros termos, o próprio desenvolvimento dos eixos formativos indica a necessidade de ter a realidade rural como locus de construção dos conteúdos e atividades de formação, sejam elas de mérito científico, pedagógico ou de ação de extensão. A proposta de P-F-D (Pesquisa-Formação-Desenvolvimento), sendo fruto de uma construção histórica dentro do INEAF (WAMBERGUE et. al., 1991), ancora de forma coerente a proposta de indissociabilidade, especialmente em consonância com as linhas de pesquisa da unidade.

5.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A produção e difusão do conhecimento, na perspectiva do INEAF consistem na promoção de ações de desenvolvimento que se dão mediante um processo único e que ocorre

concomitantemente com a formação. Tal dispositivo é produtor de problemáticas científicas que, dialogadas com os diversos atores sociais envolvidos, tornam-se, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos de pesquisa-formação. Por outro lado, esse dispositivo prima pela relevância de atividades de extensão, além das de pesquisa, como catalisadoras do processo de formação-aprendizagem, já que a integração entre ensino e pesquisa requer o diálogo necessário e permanente com os saberes que os sujeitos elaboram para além dos muros da Universidade. A atividade de extensão deve ser sempre antecedida pelo consentimento livre, prévio e fundamentado da comunidade. Neste sentido, a extensão não pode ser vista como um conjunto de meras ações de prestação de serviços a uma dada comunidade, e sim como um espaço profícuo de garantia da interação entre conhecimentos historicamente sistematizados e os conhecimentos que os sujeitos do campo elaboram na sua vivência com outros tempos-espacos. Assim o encontro entre os saberes acadêmicos e os saberes locais deve ocorrer no ato da pesquisa e na forma de síntese e deve ser submetido ao planejamento de ações que o discente em formação deve propor para interagir criticamente, de forma negociada, nos momentos requeridos. No BDR, os processos de extensão ocorrem em estreita correlação com as atividades dos Grupos de Pesquisa liderados pelos docentes do Instituto e do Núcleo de Agroecologia Ajuri e Núcleo de Agroecologia Puxirum (da Embrapa), pois estão baseados na noção de ação de desenvolvimento como expressão da pesquisa-ação, requerendo relações de longo prazo e de alcance abrangente. A política de extensão do BDR respeita os direitos dos agricultores em geral e dos povos e comunidades tradicionais em particular, tanto aqueles expressos localmente quanto aqueles garantidos na legislação (SANTILLI, 2009). Essas atividades de Extensão serão frutos decorrentes de proposições conjuntas entre docentes, discentes e técnicos-administrativos, da missão da Universidade e de seus compromissos com a sociedade. A carga horária das atividades de extensão corresponderá a 330 horas, alcançando os 10% do total de carga horária do curso que é de 3.275 horas, conforme Regulamento da Graduação (Art. 65, 66, 67, 68).

5.7 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Como estratégia fundamental de apoio as ações relacionadas com Políticas de Inclusão Social, o Bacharelado em Desenvolvimento Rural contará com apoio da Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess), da UFPA, sediado no próprio campus Guamá. Desde 2017, O antigo NIS (Núcleo de Inclusão Social) passou a ser denominado de Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess), ligado diretamente à Superintendência de Assistência Estudantil

(SAEST). A CoAcess foi criada com o intuito de garantir, com mais qualidade, a acessibilidade para os alunos com deficiência da UFPA e aos demais públicos da educação especial, matriculados no Ensino Superior, tais como os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades (AH). Esta ação está fundamentada por meio da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Inclusão (2008); Decreto N° 7.611 de 2011, art. 5°, e pelo Decreto 7.234/2010 (PNAES).

Vale ressaltar que todo o apoio e ações da CoAcess estão de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto n° 7.611/2011 e Lei 13.146/2015. Dentre elas, citamos os casos de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que, mesmo constituindo um grupo com menor número de ingressantes na UFPA, precisará no seu ingresso de atenção especial dada a diversidade de suas especificidades e habilidades diferenciadas na comunicação, interesses e socialização, sempre em conformidade com a Lei Berenice Piana n° 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e estabeleceu diretrizes para consecução em todos os níveis de ensino. Também os alunos com TEA, terão acesso a atendimento individual para identificação das habilidades e dificuldades acadêmicas; e deverão contar com ações de sensibilização e orientação de docentes, técnicos, visando eliminar as barreiras atitudinais e combater a discriminação, restrição ou anulação do acesso ao conhecimento. Dentre outras competências, a CoAcess, ainda garante e apoio psicopedagógico e de monitoria, com estratégias para melhor auxiliar o aluno a dar conta das demandas do desenho curricular do seu curso. E também acompanha continuamente o rendimento acadêmico do aluno para verificar os resultados, avanços e retrocessos nas atividades acadêmicas, a fim de aprimorar estratégias para garantir o sucesso na aprendizagem presentes na grade curricular. Desse modo, com o apoio da Administração Superior e da CoAcess, o NCADR, a fim de promover a inclusão dos alunos em condição de vulnerabilidade, bem como acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas, com os seguintes pontos: - Oferta de cursos que possam contribuir para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas. O BDR conta também com a disciplina de optativa de LIBRAS, conforme exigência do ensino de LIBRAS nos cursos de graduação (artigo 3° da Lei n° 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto 5.626/2005). E em relação ao atendimento individualizado, o curso deverá ser apoiado pela CoAcess, garantindo a produção de materiais em Libras e Braille, formação e produção em tecnologias assistivas, serviço de tradução e interpretação em língua de sinais, bolsa-auxílio para Pessoas com Deficiências (PcD's).

Em relação a outros aspectos de Inclusão Social ? como dos povos do Campo - a

participação de agricultores, lideranças associativas e sindicais, crianças, jovens, mulheres e idosos estarão contemplados nas práticas de pesquisa, formação e ações de desenvolvimento promovidas pelo curso. Esse envolvimento será feito pela aproximação dos docentes, discentes e pesquisadores engajados no programa em atividades que podem incluir a realização de aulas in loco, estágios de vivência, reuniões para reconhecimento e valorização dos saberes locais e tradicionais, diálogo com os saberes científicos bem como a realização de atividades como cartografia social, levantamentos e diagnósticos, restituições de trabalhos de pesquisa, elaboração de cursos de formação e cartilhas. Também estão incluídas atividades de pesquisa participante, pesquisa-ação, estímulos à divulgação de saberes e soluções tecnológicas desenvolvidas pelos próprios agricultores por si mesmos ou em associação com técnicos, estudantes, professores e pesquisadores fazendo parte das ações de inclusão social, e terão a perspectiva de se propor e reproduzir enquanto políticas públicas nos níveis da localidade e/ou da região.

Em síntese, algumas estratégias importantes para garantir ampla inclusão social dos povos do campo serão:

- Fortalecer uma sistemática participação social, apoiando movimentos sociais e entidades de assessoria no desenvolvimento de ações de desenvolvimento rural e regional capazes de democratizar espaços de negociações e de deliberações em termos de políticas Públicas em todos os setores da sociedade.
- Fortalecer estratégias interna e externa a UFPA, buscando a inclusão da sociedade rural, nas suas diversas expressões, promovendo uma perspectiva de desenvolvimento mais justa e regionalizada.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Considerando o caráter indissociável do Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, o Bacharelado BDR, conforme explicitado no item procedimentos metodológicos, há a necessidade de uma postura ética e exercício interdisciplinar contínuo. O trabalho será planejado de modo que haja uma aproximação a partir da iniciativa do docente entre todos os envolvidos durante as aulas in loco, estágios de vivência, reuniões para reconhecimento e da valorização dos saberes locais e tradicionais, do diálogo entre saberes, bem como da realização de atividades como cartografia social, do levantamentos e diagnósticos, de restituições de trabalhos de pesquisa, da elaboração de cursos de formação e de cartilhas. A unidade acadêmica, responsável pelo curso ora proposto não concebe sua estrutura em

divisões departamentais, mas sim em núcleos interdisciplinares, orientados pela sua missão maior (apoio acadêmico a sustentabilidade das lógicas familiares de produção) e na perspectiva sistêmica de compreender a complexidade que envolve e dá sentido a diversidade rural amazônica. Dessa forma, todas as atividades curriculares entrarão em planejamento (plano de curso das disciplinas e demais atividades curriculares) evolutivo, conforme o percurso formativo avança. Acreditamos que esses espaços coletivos de capacitação docente também contribuem para uma melhor compreensão da proposta e auxilia a consolidação das ementas e planos de curso. Do ponto de vista dos núcleos de conhecimentos e percursos formativos, o PPC contará com um docente responsável pela animação de cada momento estratégico de formação (Eixo e percurso), garantindo assim uma maior sinergia entre os conteúdos de sala de aula e os conhecimentos repertoriados pelos discentes nas comunidades envolvidas nos estágios de vivência ou demais espaços (visitas, intercâmbios, estágios supervisionados etc.). As reuniões ordinárias do Colegiado de curso e do conselho da unidade garantirão o bom desenvolvimento do curso, através de seminários de planejamentos com os docentes e discentes, conforme os instrumentos avaliativos consagrados nesse PPC.

6.1. Secretaria Acadêmica

As atividades referentes ao controle e registro dos diversos aspectos relacionados aos discentes do curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural do INEAF são realizadas na própria secretaria do Instituto, uma vez que o curso ainda não dispõe de uma unidade própria para tratar dessas questões.

A criação de uma secretaria acadêmica própria para o Bacharelado BDR deverá resolver todas as questões de funcionamento do curso, como: protocolos e registro de matrículas e registros dos discentes, lançamento de conceitos, emissão de histórico e extratos, programas de disciplinas, confecção de diplomas, inscrições no ENADE, recepção e encaminhamento de requerimentos etc.

6.2. Núcleo de Vivências

Também será criado um Núcleo de Estágio e Vivências. O mesmo será formado por docentes do curso e representações discentes das turmas, sendo o mesmo regido por regulamento próprio a ser definido pelo Instituto.

6.3. Núcleo de Estudos Agroecológicos - AJURI

Desde 2014, foi criado o Núcleo de Estudos Agroecológicos ?AJURI? (NEA AJURI). A proposta desse Núcleo é de ser um espaço permanente de formação, pesquisa e extensão, sobre os temas ligados a Agroecologia e agricultura familiar. A ideia é que o NEA AJURI se incorpore no processo de inserção dos graduandos do curso BDR, além de outros cursos do

Campus Guamá, da UFPA. Dessa forma, esse Núcleo se consolida também como referência nas atividades complementares e curriculares, apoiando diretamente a formação dos discentes, docentes e técnicos do INEAF e outras unidades acadêmicas.

6.4. Comitê de orientação de Monitoria Acadêmica

Esse comitê, formado por docentes do curso e representante discente, estabelecerá critérios de funcionamento, além de realizar seleções para os programas institucionais de monitoria acadêmica e atividades afins. Também será papel do mesmo o acompanhamento e a avaliação dos discentes envolvidos em tais atividades. A composição do Comitê será feita mediante reunião do Colegiado para um mandato de 01 (um) ano.

6.5. Comitê de Acompanhamento de Egressos

É proposta também a criação de um Comitê de Acompanhamento de Egressos, formado por docentes e técnicos do curso, devidamente escolhidos pelo Colegiado do Instituto.

6.6 Órgãos Colegiados

O Bacharelado BDR fará parte do colegiado do INEAF, com reuniões ordinárias mensalmente e observância da legislação Acadêmica da Universidade Federal do Pará.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.8 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

O BDR se propõe a seguir princípios basilares contidos no regimento da Instituição, dentre eles podemos destacar o de garantir um mecanismo de avaliação do processo formativo que não seja restrito aos discentes, mas que envolva os docentes e demais servidores envolvidos. Para tanto, uma avaliação supradisciplinar deverá ser a meta maior, através de diversos instrumentos avaliativos, em cada momento de síntese dos eixos e em outras etapas intermediárias. O grau de participação e rendimento dos discentes nas diversas atividades (curriculares e extracurriculares) deverão nortear os instrumentos avaliativos.

O curso contará com o seu Núcleo Docente Estruturante (NDE, constituído por um grupo de docentes do seu quadro permanente, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, como disposto na Resolução n. 01/2010, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação do Ensino Superior (CONAES), a qual orienta sobre a constituição do NDE nos Cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior.

7.9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No nível da construção conjunta do conhecimento, está previsto que a cada Eixo e suas disciplinas ministradas sejam realizados debates de avaliação, em que os atores do processo de aprendizado (professor e alunos) analisarão criticamente as modalidades pedagógicas empregadas, a pertinência do conteúdo ministrado ao contexto regional, o atendimento do objetivo da disciplina e os recursos utilizados (audiovisual e bibliográfico), entre outros. O que se propõe, portanto, é estimular o diálogo entre alunos e professores de maneira a estabelecer uma dinâmica constante de autocrítica e melhoria do curso como um todo. Haja vista a organização sequencial das atividades curriculares obrigatórias a partir de eixos orientadores, onde são estabelecidos objetivos a serem alcançados em termos de conhecimento adquirido para a atribuição das competências e habilidades do aluno, faz-se necessário avaliar se tais competências e habilidades estão sendo alcançadas, além de ter indicações se o intuito de facilitar a interdisciplinaridade está sendo atingido. Dessa forma, será prevista uma avaliação ao final de cada eixo, com objetivo de discutir os métodos utilizados e a articulação entre as atividades curriculares.

Para o processo de ensino-aprendizagem chegar a um bom termo, faz-se necessário averiguar seu funcionamento e consequência juntos as sujeitos envolvidos na formação (docentes, discentes e técnicos), de forma individual e coletiva.

Partindo do princípio de que a frequência mínima será de 75% das aulas ministradas e que os conceitos seguem a normativa estabelecida pela UFPA (Excelente, Bom, Regular, Insuficiente, Sem Frequência, Sem Avaliação), podemos destacar alguns instrumentos (indicadores) de avaliação da aprendizagem:

Diário de Classe ? registro sistemático de atividades planejadas e realizadas durante a disciplina, bem como a frequência e participação da turma.

Rendimento da produção discente ? esses registros dizem respeito as avaliações (individuais e coletivas) materializadas em sínteses de leituras; produções acadêmicas durante a disciplina; relatórios de atividades; projetos; produções artísticas etc.

Ficha de auto-avaliação discente ? instrumento que registrará, na ótica do sujeito, seu rendimento com base em sua própria avaliação sobre seu rendimento e aproveitamento durante as disciplinas e demais atividades do curso.

Plenárias de auto-avaliação ? momento que a turma possa socializar suas avaliações sobre o curso e o seu aproveitamento.

Em relação à devolutiva dos resultados e dos conceitos atribuídos, os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Secretaria Acadêmica do Curso. Ao final de

cada ano letivo, uma plenária geral (docentes, discentes, técnicos etc.) garantirá um momento coletivo de auto-avaliação e planejamento de possíveis aprimoramentos dos instrumentos de avaliação de aprendizagem.

7.10 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Uma eficaz avaliação de ensino é garantia de o corpo docente e discente tenham capacidades de utilizar o conhecimento técnico e as ferramentas metodológicas apreendidas, sobre as realidades complexas, aplicando assim um olhar holístico sobre os problemas e suas respectivas soluções. Para tanto, alguns instrumentos de avaliação no BDR deverão ser priorizados, como: Fichas de auto-avaliação docente; Fichas de avaliação pelos pares; Ficha de avaliação da turma sobre as atividades desenvolvidas pelo docente; momentos coletivos de avaliação (reuniões, plenárias etc.); Seminários de planejamento e avaliação do curso etc. Ressalta-se também que todos os processos avaliativos referentes ao ensino assumirão, prioritariamente, um viés de formação continuada de todos os sujeitos envolvidos no percurso pedagógico em curso.

Por seu turno, as temáticas priorizadas e desenvolvidas nos projetos de pesquisa e extensão também deverão estar inseridas, numa perspectiva de ensino, reforçando o caráter indissociável do Ensino, Pesquisa e Extensão.

7.11 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Como referência ao Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (MEC, 2012), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente, assim, faz-se necessário a criação de mecanismos de avaliação dos procedimentos de ensino, de modo a ajustá-los as transformações que ocorrem na sociedade.

Nesse sentido, a avaliação do BDR será composta das seguintes categorias:

- Avaliação interna do curso: a ser realizada pela coordenação do curso com assessoria pedagógica a ser demandada pela PROEG e ICED, com base nas informações oriundas do Sistema Acadêmico da UFPA e de pesquisas realizadas, em que serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, de produção científica, dos convênios e projetos integrados de ensino, assim como dos recursos e estágios remunerados em outras instituições e em

empresas etc.

Outros parâmetros de avaliação do curso como infraestrutura e questões pedagógicas serão avaliados por Comissão Própria de Avaliação, constituída pelo Instituto e Conselho superior da Universidade, sendo que os dados obtidos serão utilizados pela Coordenação do Programa, no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas.

- Avaliação externa do curso: será efetuada conforme os mecanismos de avaliação do Ministério da Educação ? MEC dos quais são exemplos o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a avaliação efetuada pelos especialistas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e a visita in loco para reconhecimento do curso. Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no processo de avaliação interna e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

Ao final de todo processo avaliativo haverá uma Reavaliação que consistirá na consolidação dos resultados da avaliação interna, externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso. O NDE será fundamental em todos esses processos.

Ainda no tocante aos procedimentos internos de avaliação constante do curso, algumas ferramentas serão mobilizadas como componentes da análise geral de evolução e consolidação do BDR, dentre elas, citamos:

a) Processo avaliativo do corpo discente, através da estrutura curricular e de seus instrumentos de avaliação do rendimento e nível de compromisso com o processo e a missão da UFPA. O uso e acesso as Infraestruturas integradas às modalidades pedagógicas (bibliotecas central e setorial), demais estruturas físicas disponíveis, envolvimento em projeto de pesquisa e extensão e outras vinculações com o corpo docente, técnico e coordenação do curso, entre outros.

b) Avaliação do corpo docente via instrumentos regulares de avaliação interna da Instituição e Unidade, atuação na concepção e desenvolvimento dos componentes curriculares, elaboração e realização de projetos de pesquisa e extensão, relação com discentes e corpo técnico-administrativo, infraestruturas disponíveis, atividades acadêmicas etc.

c) O envolvimento/desempenho do corpo técnico-científico também será avaliado, em especial nos processos de planejamento e execução de atividades vinculadas aos componentes curriculares previstos no PPC do curso, além da infraestrutura disponível e das condições de trabalho que envolve toda a comunidade acadêmica.

d) no computo da avaliação interna, alguns indicadores deverão ser centrais, como: índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado nacional e internacional, factibilidade de uma carreira acadêmica (pós-graduação), produções científicas, técnicas, culturais etc., envolvimento em projeto de pesquisa e extensão, capital social, competências técnicas oriundas de estágios em empresas, organizações sociais e outras Instituições parceiras.

8 INFRAESTRUTURA

8.12 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Angela May Steward	Doutor	Etnobotânica	Dedicação Exclusiva
Aquiles Vasconcelos Simões	Doutor	Ciências Sociais	Dedicação Exclusiva
Bruno Spacek Godoy	Doutor	Ecologia e Estatística	Dedicação Exclusiva
Carlos Valério Aguiar Gomes	Doutor	Socioeconomia Rural	Dedicação Exclusiva
Fábio Leandro Halmenschlager	Mestre	Extensão Rural	Dedicação Exclusiva
Flávio Bezerra Barros	Doutor	Etnobiologia; Etnoecologia; Antropologia do ambiente.	Dedicação Exclusiva
Gutemberg Armando Diniz Guerra	Doutor	Sociologia Rural	Dedicação Exclusiva
Hilma Lúcia Tavares Dias	Doutor	Ciências Agrárias - Medicina Veterinária	Dedicação Exclusiva
Iran Pereira Veiga Junior	Doutor	Ciências Sociais	Dedicação Exclusiva
Laura Angélica Ferreira Darnet	Doutor	Ciências Agrárias	Dedicação Exclusiva
Lívia de Freitas Navegantes Alves	Doutor	Ciências Agrárias	Dedicação Exclusiva
Luis Mauro Santos Silva	Doutor	Ciências Agrárias - agronomia	Dedicação Exclusiva
Maria das Graças Pires Sablayrolles	Doutor	Ciências Biológicas, Botânica Aplicada, Etnobotânica	Dedicação Exclusiva
Myriam Cyntia Cesar de Oliveira	Doutor	Desenvolvimento Rural	Dedicação Exclusiva
Noemi Sakiara Miyasaka Porro	Doutor	Antropologia Rural	Dedicação Exclusiva
Paulo Fernando da Silva Martins	Doutor	Ciências Agrárias	Dedicação Exclusiva
Sonia Maria Simões Barbosa Magalhaes Santos	Doutor	Antropologia	Dedicação Exclusiva
Soraya Abreu de Carvalho	Doutor	ciências agrárias	Dedicação Exclusiva
William Santos de Assis	Doutor	Desenvolvimento Rural	Dedicação Exclusiva

8.13 TÉCNICOS

O corpo técnico administrativo da Unidade INEAF, mesmo reduzido, permite o bom funcionamento do curso.

Atualmente a unidade acadêmica na qual o curso será ofertado conta com 06 servidores técnico-administrativo (TAE) com nível superior, sendo 04 assistente administrativo, nível D, 01 administradora ? nível E e 01 bibliotecária ? nível E.

8.14 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Auditório utilizado para diversas atividades como: palestra, aulas, defesas de trabalho, reuniões etc. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados instalado, 01 equipamento de vídeo e teleconferência, 01 Televisão tela plana 40 e cadeiras.	Sala	30	Reunião	1
Laboratório de informática utilizado tanto para atividades acadêmicas como também para as atividades de trabalho dos alunos. Com climatização, bancada para computadores e cadeiras.	Laboratório	15	Aula	1
Secretaria da Direção e sala da Direção do NCADR. Com climatização.	Sala	0	Administrativa	1
São 2 salas de aulas cada uma com capacidade para 35 alunos. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados instalado, computador e cadeiras.	Sala	35	Aula	2
Sala multiuso, onde pode ser utilizada para aulas, reuniões, defesas de trabalho, orientação acadêmica etc. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados, mesas e cadeiras.	Sala	15	Aula	1
São 05 salas de professores para o desenvolvimento das atividades dos professores no seu trabalho cotidiano, como fazer relatório, preparar aulas, orientar alunos, fazer projetos. A metragem fornecida é a média das 05 salas, onde a metragem varia de 14,12 a 25,58 metros quadrados. Em média ficam 2 professores por sala. Com climatização.	Sala	0	Administrativa	5
Sala da CPGA com capacidade para 02 pessoas. Com climatização.	Sala	0	Administrativa	1
Biblioteca setorial. A biblioteca contém 2.706 títulos e 8.743 exemplares que é complementar ao acervo da biblioteca central e será disponibilizado aos alunos de graduação. Além de possuir 05 computadores para consulta online. Com climatização, mesas e cadeiras.	Sala	15	Orientação acadêmica	1
Futuras instalações do Instituto Amazônico de Agricultura Familiar (INEAF) Por fim, é importante frisar nesse tópico que o INEAF está na iminência de receber seu novo prédio, já em fase final de construção. Estando pronto seu arcabouço estrutural em concreto e com financeiro de R\$ 1.400.000,00 (Recursos da FINEP) disponíveis para a parte hidráulica, elétrica e outros. A área total construída é de 1.243,20 m ² , na beira do Rio Guamá. O prédio já tem orçamento garantido para sua conclusão e contará com rampa de acesso, elevador, banheiros para cadeirantes (feminino e masculino) e corredores com dimensões adequadas a acessibilidade de portadores de deficiência física,				

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
<p>tendo seus cômodos assim distribuídos (ANEXO):</p> <p>- No Pavimento Térreo (Área total de 414,40 m²), com: 03 salas de aula com 29,94 m² cada; 01 sala de aula com 51,24 m²; 01 Secretaria com 25,83 m²; 01 Depósito medido 15,22 m²; Área para lanchonete com 10,03 m²; Hall de 42,90 m²; 02 banheiros, sendo 01 com 16,64 m² e outro com 20,70 m².</p> <p>- No 1º Piso, com área total de 414,40 m² e contará com: 01 Auditório de 70,00 m²; 01 Biblioteca com 51,24 m²; 01 sala de Arquivo medindo 51,24 m²; 01 Laboratório informática com 51,24 m²; Hall medindo 42,90 m²; Dois banheiros, sendo 01 medindo 16,64 m² e outro com 20,70 m².</p> <p>- No 2º Piso, com área total de 414,40 m², contará com: 17 Gabinetes para docentes, com aproximadamente 13 m² cada um deles; Hall medindo 42,90 m²; Dois banheiros, sendo 01 com 16,64 m² e outro com 20,70 m².</p>	Imóvel	120	Aula	1

8.15 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Auditório utilizado para diversas atividades como: palestra, aulas, defesas de trabalho, reuniões etc. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados instalado, 01 equipamento de vídeo e teleconferência, 01 Televisão tela plana 40 e cadeiras.	computador	Cedido	1	Processador: Intel Core i3-4130, 3.40 GHz. HD 500 Gb e memória RAM: 4 Gb.
	mesa	Cedido	1	mesa de madeira
	caixa amplificadora	Cedido	1	Caixa de som Multi D300 75 W com USB
Biblioteca setorial. A biblioteca contém 2.706 títulos e 8.743 exemplares que é complementar ao acervo da biblioteca central e será disponibilizado aos alunos de graduação. Além de possuir 05 computadores para consulta online. Com climatização, mesas e cadeiras.	computador	Cedido	7	05 para os usuários e 01 para bibliotecária e 01 para bolsista. Processador: Intel Core 2 Quad, 2.83GHz. HD de 320 Gb a 500 Gb; memória RAM de 2Gb a 4Gb).
Laboratório de informática utilizado tanto para atividades acadêmicas como também para as atividades de trabalho dos alunos. Com climatização, bancada para computadores e cadeiras.	computador	Cedido	13	Processador intel dual core i3, intel core duo, intel pentium E5300; HD de 320 GB a 2 Tb; memória RAM de 2Gb a 8Gb
Sala da CPGA com capacidade para 02 pessoas. Com climatização.	computador	Cedido	1	Processador Intel Core 2 Quad, 2,83 GHz. HA: 320 Gb e memória RAM: 4 Gb.
	mesa	Cedido	2	mesas de MDF para atividades da CPGA.
Sala multiuso, onde pode ser utilizada para aulas, reuniões, defesas de trabalho, orientação acadêmica etc. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados, mesas e cadeiras.	mesa	Cedido	4	mesas de MDF
São 05 salas de professores para o desenvolvimento das atividades dos professores no seu trabalho cotidiano, como fazer relatório, preparar aulas, orientar alunos, fazer projetos. A metragem fornecida é a média das 05 salas, onde a metragem varia de 14,12 a 25,58	computador	Cedido	6	São 06 computadores Desktop distribuídos nas salas. Processador Intel Core 2 Quad, 2,83 GHz, HD 320Gb, memória RAM variando de 2Gb a 8Gb.

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
metros quadrados. Em média ficam 2 professores por sala. Com climatização.				
São 2 salas de aulas cada uma com capacidade para 35 alunos. Com climatização, quadro magnético, projetor de dados instalado, computador e cadeiras.	computador	Cedido	2	Processador: Intel Core i3-4130, 3.40GHz. HD: 500Gb. Memória RAM: 4Gb.
	mesa	Cedido	2	Mesa de madeira e MDF
Secretaria da Direção e sala da Direção do NCADR. Com climatização.	computador	Cedido	3	Processador intel core 2 Quad, 2,83 GHz; HD de 320 Gb; memória RAM de 2Gb a 4Gb.
	mesa	Cedido	4	01 gabinete para trabalho com gaveteiro e 3 mesas.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2.(Documento de Referência). Brasília, DF, abril, 2013. 72 p.

BRITO, M. M. A. de. A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf. Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. 36 p.

DATAFOLHA. 2016. Avaliadores do MEC, no Ranking de Universidades. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2015/ranking-de-universidades>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (Org.). O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, v. 1, p. 97-110.

INEP ? Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sionpse-sinopse>. Acesso em 04/06/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação. CNE/CES 67/2003, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6976-pces067-03&Itemid=30192> Acesso em: 03 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Gerais do REUNI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Brasília, DF, 2010. 99 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. SINAES. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. Brasília, DF, 2012. 34 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008: Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF, 2009. 17 p.

MORIN, A. Recherche-action en éducation: de la pratique à la théorie. Rapport. Canadá: Université de Montreal, 1986.

PRATES, A. A.; COLLARES, A. C. Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

SANTILI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul-set, 2010.

SIMÕES, A. V.; OLIVEIRA, M. C. C. de. O enfoque sistêmico na formação superior voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar. In: Aquiles Vasconcelos Simões (Org.). Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves, 2003. p. 147-172. (UFPA).

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Projeto pedagógico do bacharelado interdisciplinar em humanidades. Salvador, 2010. 47 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Plano de Desenvolvimento Institucional de 2011-2015. UFPA: Belém, 230 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Pareceres do CNE que orientam a construção do PP dos Cursos de Graduação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO. Diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Universidade Federal do Pará. Cadernos da PROEG, 7, 2005. 74 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Cadernos da PROEG, 7, 2005, 78 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA. Resolução nº 3.186/2004 CONSEPE.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 4399, CONSEPE de 14.05.2013.

WAMBERGUE, E.; PEREIRA, T.; DE REYNAL, V. As ações-testes, elementos de interação de Pesquisa e do Desenvolvimento. In: Agricultures paysannes et developpement. Caribe-AmeriqueTropicale, UAG, Guadalupe, 1991. p. 262-281.